

ESPAÇOS PÚBLICOS E QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES - O CASO DA CIDADE PORTO

Fátima Loureiro de Matos

Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT,
Professora Auxiliar – E-mail: fmatos@letras.up.pt

Resumo

A cidade é um espaço construído constituído por espaços públicos, abertos a todos e espaços privados, de acessibilidade limitada. Na maioria das cidades os espaços privados ocupam uma parte significativa do seu território, contudo, aquilo que melhor as caracteriza são os seus espaços públicos.

O ordenamento dos espaços públicos, sobretudo os de lazer, é actualmente um dos aspectos vitais para a revitalização e a qualidade de vida no meio urbano.

Neste artigo procuraremos fazer uma breve análise das transformações urbanas que mais têm afectado os espaços públicos enquanto símbolo duma urbanidade de memórias e identidades, constituindo, ainda hoje, instrumentos territoriais para a construção da cidadania.

O nosso artigo pretende perceber, por um lado, quais as funções dos espaços públicos, que estratégias foram sendo encontradas para a manutenção, alterações e criação destes espaços e por outro, caracterizar alguns dos espaços públicos mais significativos da cidade do Porto e de que forma eles contribuem para a qualidade de vida urbana.

Palavras Chave: espaço público, qualidade de vida, lazer

PUBLIC SPACES AND QUALITY OF LIFE IN CITIES – THE CASE OF PORTO

Abstract

The city is a building space composed by public spaces, open to all and private spaces, with limited accessibility. In most cities the private spaces occupy a significant part of its territory, but what better characterizes the cities are its public spaces.

The planning of public spaces, especially the leisure ones, is currently one of the critical aspects for the revitalization and the quality of life in urban areas.

In this article we will make a brief analysis of urban transformations that have affected the public spaces as a symbol of an urbanity of identity and memories, even today, they are, territorial instruments for the construction of citizenship.

In this paper we want to understand, what are the functions of public spaces, what kind of strategies were being found for maintenance, changes and setting of these spaces and characterize some of the most significant public spaces in the city of Porto and how they contribute to the quality of urban life.

Keywords: public spaces, quality of life, leisure

Introdução

A cidade é um espaço construído constituído por espaços públicos, abertos a todos e espaços privados, de acessibilidade limitada. Na maioria das cidades os espaços privados ocupam uma parte significativa do seu território, contudo, aquilo que melhor as caracteriza são os seus espaços públicos.

A cidade vibra pelo que se passa no exterior, o trânsito, o barulho, as ruas por onde circula uma população mais ou menos apressada, as praças, os jardins ou outros espaços que fazem parte da esfera pública, ocupados por diferentes utentes a horas diversificadas e que são essenciais à comunicação e socialização.

No entanto, se é verdade que estas características sempre se associaram historicamente à cidade, a grande questão passa pelo facto de que a cidade está a mudar e nessa mudança insinua-se novas fórmulas de vivência urbana comandadas pela economia, pela globalização das práticas culturais e territoriais, pela mobilidade crescente, que transforma os espaços/tempo, do nosso quotidiano (trabalho, lazer, compras, etc.).

O ordenamento dos espaços públicos, sobretudo os de lazer, é actualmente um dos aspectos vitais para a revitalização e a qualidade de vida no meio urbano.

Neste artigo procuraremos fazer uma breve análise das transformações urbanas que mais têm afectado os espaços públicos enquanto símbolo duma urbanidade de memórias e identidades, constituindo, ainda hoje, instrumentos territoriais para a construção da cidadania.

Este artigo encontra-se subdividido em três pontos, primeiro pretendemos perceber quais as funções dos espaços públicos, depois caracterizamos alguns dos espaços públicos mais significativos da cidade do Porto, salientando algumas das estratégias que foram sendo encontradas para a manutenção, alterações e criação destes espaços e de que forma eles contribuem para a qualidade de vida urbana.

Funções e Utilização do Espaço Público

O conceito de espaço público é relativamente recente, nos séculos XVII, XVIII e XIX, quando se fala em vida familiar, em vida privada, ou no alojamento, nunca se lhe opõem uma noção genérica de espaço público, mas sim a rua, a praça, as igrejas, os jardins, os mercados, as feiras, as festas e as manifestações. Haussmann, um dos fundadores do urbanismo, também

não utiliza esta noção, referindo-se às ruas, aos arruamentos e aos passeios. A Carta de Atenas refere as "instalações comunitárias", as "superfícies verdes", "os locais de lazer"¹.

A expressão espaço público, surge em França, pela primeira vez em meados dos anos 70 e conhecerá um êxito crescente, fruto, em parte, de uma nova abordagem da cidade em que se passa a valorizar a requalificação em vez da reabilitação (ASCHER, 1998, p. 172).

Apesar do termo espaço público ser recente, ele designa espaços e intervenções que não são inteiramente novos, já que têm uma certa história ao nível do planeamento urbanístico.

A problemática dos espaços públicos também resulta de uma transformação das práticas urbanas e dos usos e estatutos dos diversos espaços metropolitanos. A distinção entre público/privado, exterior/interior, colectivo/individual, é reajustada pela desagregação social e funcional dos bairros, pelo aparecimento de novas centralidades, pelas novas sociabilidades, pelo desenvolvimento dos transportes rápidos, de novas formas de comunicação, pela concessão de vários tipos de obras e serviços públicos, pela utilização quase generalizada do automóvel.

“O aumento da mobilidade e a diversidade de contactos abertos aos indivíduos permite-lhes, não só, desmultiplicarem-se por diversos papéis e identidades, mas também pertencerem a diversas redes fragmentadas por diversos lugares afastados” (SALGUEIRO, 1998, p.228)

A distinção público/privado, em termos jurídicos, por exemplo, não é senão parcialmente pertinente, porque os espaços públicos não são redutíveis àqueles que pertencem à comunidade, ao "domínio público". Certos espaços com um estatuto jurídico ou gestão privada são, de facto, espaços públicos, entradas de edifícios, cafés, centros comerciais, gares de transportes, parques de diversões, temáticos, estádios de futebol, etc., no sentido de que o seu uso é praticamente livre para todos, mas, reciprocamente, muitos destes domínios públicos não são acessíveis a todos, porque o seu direito de uso é condicionado pelo pagamento de entradas, por exemplo, ou reservado aos seus residentes. O caso mais paradigmático é, sem dúvida, o dos condomínios fechados, que ocupam vastas áreas da cidade e que integram, no seu interior, um conjunto de serviços e espaços públicos (como jardins, piscinas, campos de ténis, salas de convívio, entre outros). Em alguns países, como por exemplo nos Estados Unidos, privatizam-se, sectores inteiros das cidades – as “gated communities”- geridas, por associações de proprietários, com regulamentos próprios².

De qualquer forma, um espaço público é por natureza mais aberto e a primeira função que o distingue do espaço privado é a facilidade de acesso. O espaço público é de todos e de ninguém em particular, em princípio, todos o podem usar com os mesmos direitos.

Outra dimensão diz respeito à visibilidade. O aumento da visibilidade pode aumentar o carácter público do espaço, o que lhes confere um certo parentesco com os espaços do espectáculo (ASCHER, 1998, p.174).

O espaço público tem uma função e esta pressupõe um uso, a essência do espaço público está na forma como este é utilizado pelos actores sociais, ou seja, das práticas que possa acolher, que torna possível ou até favorece, podendo a sua forma, favorecer ou inibir essas práticas. Este uso já não se faz só em função das dimensões objectivas dos indivíduos, isto é, idade, género, habilitações, classe social, estilo de vida, etc., mas cada vez mais incorporam outros aspectos mais subjectivos, como as motivações, as aspirações e os valores dos indivíduos. A dimensão simbólica, ganha mais força, os espaços passam a ser utilizados também pela sua imagem, qualidade e conforto.

As novas e crescentes necessidades da população urbana, associadas a mutações de ordem demográfica e a novas exigências geracionais, repercute-se, na utilização e em novas procuras dos espaços públicos.

Cite-se, por exemplo: o aumento do número de idosos, cujo comportamento é diferente, com aspirações culturais e recreativas, cada vez mais significativas; uma população jovem cada vez mais autónoma e com práticas quotidianas diversificadas, salientando-se o lazer e a prática desportiva e por fim, a existência de maiores oportunidades de tempo livre para a população activa, o que favorece a procura crescente de actividades de lazer, culturais e desportivas.

Num bairro ou quarteirão residencial, os espaços públicos, jardins, ruas, praças, campos de jogos, etc., limitam-se a ser usados e a acolher as práticas, sobretudo, dos seus residentes, enquanto que ao nível da cidade ou do conjunto metropolitano, existem espaços com uma área de atracção maior, uma vez que são usados, não só, pela população que aí reside, como também por outros que vêm do exterior, que a visitam. Estes últimos ganham cada vez maior importância devido quer ao aumento da mobilidade espacial dos vários membros das famílias, à maior distância dos locais de residência, quer ao enfraquecimento das relações de vizinhança. As relações sociais mudam de escala, fazem-se mais ao nível urbano-metropolitano, tornam-se também mais fragmentadas - frequenta-se mais os parques urbanos, os centros comerciais, os grandes equipamentos de lazer ou desportivos, do que os

parques infantis ou campos de jogos do bairro, ou o café da esquina. "O bairro enquanto suporte e extensão das práticas quotidianas e de relações sociais perde sentido" (SALGUEIRO, 1998, p.229).

O próprio significado dos espaços públicos tende a modificar-se e, com isso, a sua potencialidade de representar terreno de encontro e lugar privilegiado das sociabilidades e elaboração simbólica, sendo igualmente apropriado e partilhado por grupos sociais muito diferentes entre si.

Refira-se, a este propósito, os espaços públicos do centro da cidade, herdados de outras épocas e tradicionalmente os mais significativos, os mais simbólicos, que vão perdendo o seu papel para vários segmentos da população, sobretudo os que residem mais longe destes centros, frequentando-os cada vez menos à noite e fins-de-semana. Mas, ao mesmo tempo, são reapropriados e partilhados por outros grupos diversificados, por um lado, os com estilos de vida mais cosmopolitas e os turistas, devido ao valor patrimonial, simbólico e artístico destes espaços e por outro, pelos sem-abrigo, que aí encontram local para pernoitar.

O enorme incremento dos meios de comunicação à distância (o correio electrónico, os grupos de discussão na internet, a televisão por cabo, etc.) introduz, também, uma quebra no nexo tradicional entre espaço público e trocas de comunicação e informação. O espaço público continua a existir mas assume cada vez mais um papel funcional, as trocas de informação fazem-se através das ligações em rede, sem contacto físico entre os interlocutores (MELA, 1999, p.151).

Os espaços públicos correspondem, essencialmente, a duas tipologias espaciais genéricas: os locais de permanência e os circuitos.

Os espaços de permanência definem-se como cenários de actividade e comportamento, isto é, como locais que estimulam acções e comportamentos espontâneos e a assistência ou participação nestes acontecimentos, como por exemplo, o simples passeio, o encontro com a natureza, descansar, brincar, jogar, o encontro com os amigos, o encontro com os outros, o "ver e ser visto". Estes espaços são, geralmente, concebidos e possuem mobiliário próprio conforme o tipo de uso ou comportamentos que lhes são destinados ou que pretendem estimular, por exemplo, bancos nos jardins para descanso, mobiliário nos parques infantis, nos campos de jogos, etc. Deverão, pois, ser dimensionados e equipados para apoiar e promover as actividades a que se destinam, devendo ser, cada vez mais, multifuncionais e concebidos de forma a poderem ser readaptados a novos usos imprevistos, mais polivalentes.

Refira-se ainda que, dentro desta categoria, os espaços verdes têm, para além das funções tradicionais de lazer, passeio e convivência social, funções higiénicas e profilácticas contra o congestionamento e a degradação ambiental do espaço urbano, acompanhando, de resto, o aumento da consciencialização para os problemas ambientais urbanos. Aliás esta ideia já estava presente nas intervenções urbanas de finais do séc. XVIII e início do séc. XIX, com preocupações mais higienistas, que procuravam fazer face à deterioração da qualidade de vida da cidade industrial.

Os circuitos definem-se como "percursos urbanos", por permitirem a mobilidade de pessoas e veículos. Podem ser, exclusivamente para peões (os percursos pedonais), mistos (para peões e veículos) ou exclusivamente para veículos, incluindo também espaços reservados ao estacionamento de veículos. Este tipo de espaço público torna-se cada vez mais presente no espaço urbano-metropolitano, uma vez que as deslocações adquirem uma maior importância e se tornam cada vez mais precoces no seio familiar - passamos todos cada vez mais tempo nos espaços afectados ao transporte - e, muitas vezes, a sua qualidade não tem em conta o ponto de vista do automobilista ou do utilizador dos transportes.

Alguns Espaços Públicos na Cidade do Porto

Os espaços públicos urbanos numa visão de interesse público constituem elementos de desenho urbano decisivos para a produção da cidade na medida em que é nestes espaços que se manifesta a vida e animação urbana e onde se processa grande parte da socialização dos seus utilizadores.

Os espaços públicos constituem elementos estruturantes da vida urbana visto que desempenham uma função produtiva de interesse colectivo pelo tipo de serviços que prestam, estimulam o desenvolvimento urbano, na medida em que ao contribuírem para a valorização da qualidade de vida e vivência urbana, reforçam a atracção e a fixação de recursos humanos qualificados, para além de terem uma função de estruturação e de coesão do espaço urbano.

Dada a importância dos espaços públicos para a dinamização económica, atractividade, melhoria da imagem e qualidade de vida das cidades, os municípios têm procurado investir na reabilitação destes espaços, ou na construção de novos, aproveitando as linhas de financiamento proporcionadas pela União Europeia, ou ainda, outros programas nacionais como o *Polis*³, a realização de certos eventos como as capitais da cultura (caso do

Porto Capital Europeia da Cultura em 2001), as exposições internacionais ou grandes eventos desportivos (caso do Euro 2004).

Estas iniciativas permitiram, criar novos espaços públicos, para a realização de diversas actividades, culturais, de lazer, práticas desportivas, etc. com maior ou menor continuidade ao longo do tempo, mas que sem dúvida, marcam actualmente os territórios urbanos.

No caso concreto da cidade do Porto temos assistido nos últimos anos a uma intervenção significativa nos espaços públicos urbanos, nomeadamente, ao nível dos espaços verdes, praças, museus, teatros, espaços desportivos, arruamentos, ciclovias, percursos pedonais e novas vias de comunicação.

Relativamente aos espaços verdes públicos a sua estrutura manteve-se até à década de 80 do séc. XX, assente na rede de espaços públicos herdados dos séculos anteriores, sendo de salientar a criação e embelezamento de Alamedas durante o período Filipino, destacando-se, a primeira a do Olival, Lapa, Aguardente, Bonfim, Prado do Repouso, Hortas e Batalha. Mais tarde durante a intervenção urbanística da Junta de Obras Públicas (fundada em 1782), são construídas as Alamedas das Virtudes, Fontainhas e Massarelos “que constituem autênticas “varandas arborizadas” sobre o rio” (MADUREIRA, 2001-2002, p.158).

Apesar da construção destas Alamedas a criação do primeiro jardim público, só surge no séc. XIX - o Jardim de S. Lázaro inaugurado em 1834 -, sendo ainda de salientar os Jardins do Palácio de Cristal, concluído em 1865⁴, da Cordoaria (1867), o do Passeio Alegre (1870), situado na Foz, então valorizada pelos portuenses como área de lazer banear e o Jardim Botânico⁵.

No início do séc. XX, inicia-se um processo de reconversão de “velhos Campos outrora palcos de feiras e paradas militares, em jardins públicos, é o caso dos jardins da Rotunda da Boavista (1900), do Campo 24 de Agosto (1912-14), da Praça da República, do Marquês de Pombal e da Arca d’Água (1928), que então assumem características formais de jardins públicos urbanos. É também nos anos 20 que se inicia a qualificação da frente de mar da cidade, com os projetos para os jardins das atuais Avenidas do Brasil e Montevideu” (MADUREIRA, 2001-2002, p. 171). Os jardins passam a enquadrar estátuas, bustos ou monumentos comemorativos e tornam-se espaços de evocação e memória.

Nos anos 30 e 40 os jardins públicos adquirem uma nova funcionalidade com a criação de parques infantis nos jardins da Cordoaria e Palácio de Cristal e espaços de

bibliotecas, caso da Biblioteca Popular Pedro Ivo, no jardim da Praça Marquês de Pombal, inaugurada em 1948, que actualmente é uma biblioteca infantil.

Para além destes jardins públicos, não podemos ainda deixar de referir que muitos deles se encontram articulados por um conjunto de arruamentos arborizados.

Entre os espaços verdes de maior dimensão, destaca-se o Parque da cidade, cuja construção se iniciou nos anos 80, tendo sido concluído em 2002, sendo a maior área verde da cidade (com cerca de 90 ha), que se estende até ao mar, tendo resultado da reserva de terrenos na área ocidental pelos sucessivos planos ou pré-planos, que se foram desenvolvendo para a cidade⁶ (fig. 1).

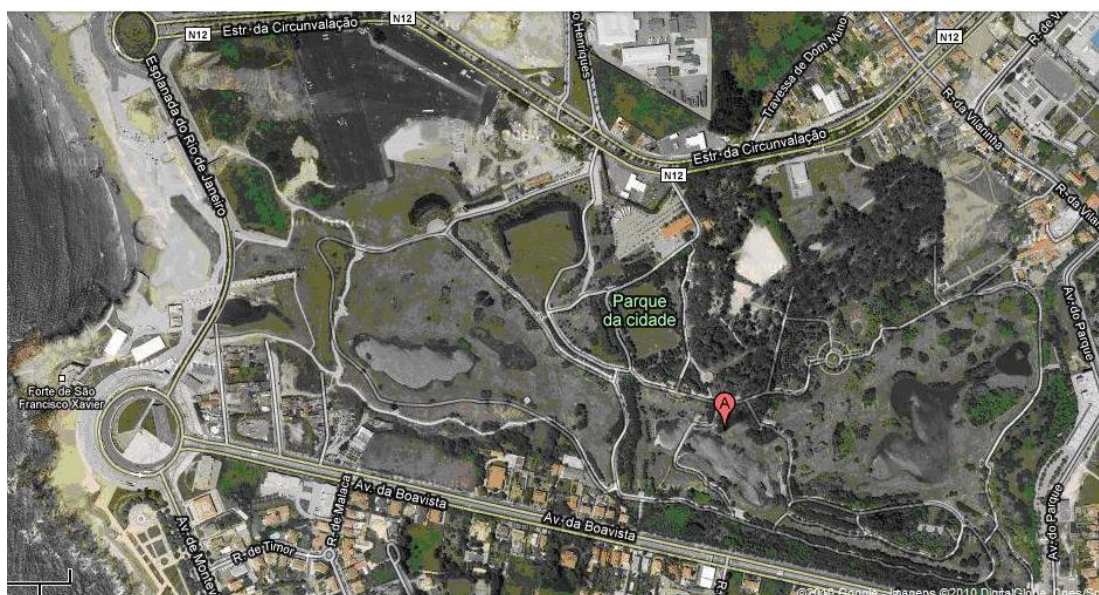


Fig. 1. - Parque da cidade
Fonte: Google Maps Portugal

Refira-se ainda, que o Plano Geral de Urbanização de 1989, reservou uma área para a criação do Parque Urbano Oriental, junto às margens dos rios Tinto e Torto, este parque terá uma área de 55 ha, encontrando-se já em construção, os primeiros 10 ha (fig. 2). O parque aproveita antigas áreas agrícolas e pretende ser um pólo de atracção, de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, de uma área bastante deprimida da cidade e que tem sido completamente esquecida pelos poderes públicos.



Fig. 2 – Localização do futuro Parque Oriental

Fonte: Parque Oriental – um pedaço de paraíso está a nascer em Campanhã, **Porto Sempre**, Abril 2009, p.13

Outros espaços verdes com uma dimensão significativa são a Quinta do Covelo (8ha), próxima de vários bairros sociais, que foi recuperada pela Câmara em 1988 e o Parque de S. Roque (4ha), antigo jardim privado datado do séc. XIX, que pertencia à família Cálem, tendo sido adquirido e recuperado pela Câmara Municipal e aberto ao público em 1979.

Quanto à criação de novos espaços verdes, saliente-se o Parque da Pasteleira construído nos finais da década de 90, com uma área verde de 7 ha, que constitui a única parcela arborizada que resistiu da grande mancha verde que constituía os Pinhais da Foz e que estava ocupada por um bairro de barracas. Este parque dispõe de diversificados equipamentos, como parque infantil, mobiliário diverso, percursos pedonais, que constitui, uma mais valia para uma área da cidade que estava carenciada neste tipo de equipamento e onde existem vários bairros sociais.

Vários destes espaços verdes oferecem várias actividades de educação ambiental para as escolas da cidade, existindo hortas pedagógicas e Centros de Educação Ambiental, como é o caso da Quinta do Covelo, Parque de S. Roque, o núcleo rural do Parque da Cidade e os jardins do Palácio de Cristal. Estas actividades são sem dúvida fundamentais para a formação e consciencialização ambiental das novas gerações, permitindo o contacto directo com a natureza e com actividades agrícolas.

Para além destes espaços verdes públicos que temos vindo a enumerar, refira-se ainda duas outras importantes manchas verdes da cidade, referirmo-nos, concretamente, ao Parque de Serralves, pertencente à Fundação de Serralves, onde está instado o Museu de Arte Contemporânea, a casa de Serralves (onde funciona a Fundação), uma loja, auditório e campo de ténis. Este espaço pertencia ao 2º Conde de Vizela, tendo o Estado em 1986 adquirido toda a Quinta, tendo criado em 1989 a Fundação responsável pela sua gestão, constituída por

- os parques públicos de média dimensão que se localizam no anel periférico da cidade, que resultaram da apropriação pública de antigas quintas ou aproveitamento de matas, ocorrida durante a década de 70, 80 e 90, como é o caso do Parque de S. Roque, do Covelo, Serralves e Pasteleira, permitem conjugar o recreio passivo, com várias actividades de recreio activo;

- os grandes parques urbanos, o Parque da Cidade situado na periferia ocidental junto ao mar e o futuro Parque Oriental, dadas as suas dimensões e características formais, permitem, igualmente, conjugar o recreio passivo, com várias actividades de recreio activo.

Nos últimos anos temos assistido a vários projectos de reabilitação de alguns jardins da cidade, como é o caso das intervenções realizadas pela Sociedade Porto 2001, no Jardim da Cordoaria, Praça Carlos Alberto e a construção do Jardim da Pena, ou ainda, a intervenção no Jardim da Av. de Montevidéu, feita pelo Programa *Polis*, que procuraram valorizar estes espaços, tornando-os mais confortáveis com instalação de mobiliário, criação de percursos pedonais e ciclovias, por exemplo, permitindo uma ocupação mais multifuncional destes espaços. Entre as intervenções mais recentes, realizadas pela Câmara Municipal, ainda não concluída, conta-se a do Jardim da Rotunda da Boavista.

Relativamente à quantidade de espaços verdes na cidade, esta conta com uma captação de $7\text{m}^2/\text{habitante}^8$, valor bastante aquém da média Europeia⁹, para além de apresentar uma distribuição muito irregular, evidenciando uma maior concentração de parques, jardins e ruas arborizadas na zona ocidental (tabela 1).

O novo Plano Director Municipal, aprovado em 2006¹⁰ prevê uma captação de $14\text{m}^2/\text{habitante}$, para tal estão previstos a criação de novos espaços verdes – Ervilha, Bouça, Asprela, Currais, Antas/Salgueiros, Parque Oriental e Outeiro do Tine – assim como o aumento da arborização de arruamentos, dado que a sua extensão em 2004 era de 139 Km, cerca de 26% das ruas da cidade (Câmara Municipal do Porto, 2004).

Tabela 1 - Espaços verdes por habitantes na cidade do Porto,

Área	Captação $\text{m}^2/\text{habitante}$
Centro Histórico (Freguesias: Miragaia, S. Nicolau, Sé e Vitória)	3
Centro Tradicional (Freguesias: Bonfim, Cedofeita, Massarelos e Sto. Ildefonso)	1
Zona Oriental (Freguesias: Campanhã, Paranhos e Ramalde)	4
Zona Ocidental (Freguesias: Aldoar, Foz do Douro, Lordelo do Ouro e Nevogilde)	24

Fonte: Adaptado de Câmara Municipal do Porto. 1º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana, Porto, Gabinete de Estudos e Planeamento, Dezembro de 2003.

Um dos projectos de reabilitação de espaços públicos mais polémico dos últimos anos foi sem dúvida o da Avenida dos Aliados e Praça da Liberdade. A proposta de construção desta avenida foi lançada em 1914, no âmbito dum plano para renovar o centro da cidade, ligando as praças da Liberdade e da Trindade, aliado à construção de um novo edifício para instalação da Câmara Municipal, sendo aprovado pela Câmara em 1915.

Do projecto inicial, embora com grandes alterações, nasceu uma avenida que se apresenta ladeada de prédios de grande valor arquitectónico, para além dos grandes espaços ajardinados. Dentro destes jardins encontravam-se várias peças ornamentais, como a fonte decorativa, em mármore, alegoria à “Juventude”, uma outra escultura “os Meninos”, e, no topo, já na Praça do Município, ladeada por pinheiros, a estátua de Almeida Garrett, inaugurada em 1954, para assinalar o centenário da morte do grande poeta portuense. Mais em cima encontra-se o edifício da Câmara Municipal do Porto. Esta avenida bem como a Praça da Liberdade têm sido palco de diversas manifestações públicas (festas, feiras, manifestações políticas, etc.), sendo aliás um dos espaços mais nobres e emblemáticos do centro da cidade (fig.4).

Com o projecto de implantação do metro (ligação entre a estação da Trindade a Vila Nova de Gaia) foi necessário proceder a uma remodelação da Avenida e da Praça da Liberdade, projecto que foi entregue aos arquitectos Álvaro Siza e Souto Moura, tendo sido concluído em 2006, tendo alterado completamente todo este espaço público. A plataforma central anteriormente ajardinada, encontra-se totalmente calcetada em granito. No remate da placa central, confrontando com a nova plataforma em calcário e basalto onde assenta a estátua de Almeida Garrett, foi implantada uma fonte rodeada de bancos, cadeiras e árvores. O projecto manteve, ainda, a escultura da “Juventude” e na Praça da Liberdade a estátua equestre de D. Pedro IV (fig.5).



Fig.4 - Avenida dos Aliados e Praça da Liberdade anos 90
Fonte: http://www.portoxxi.com/album/ver_foto.php?id=110



Fig. 5 - Avenida dos Aliados e Praça da Liberdade - projecto de remodelação
Fonte: “A Avenida de novo com vida - requalificação da Avenida dos Aliados”, Câmara Municipal do Porto.

Outra das intervenções no espaço público tem sido a criação de ciclovias, actualmente o Porto conta com 11,90 Km de ciclovias, a da Foz que percorre toda a marginal marítima e a marginal do rio, desde o edifício transparente, situado junto ao Parque Ocidental da Cidade

até à Ponte D. Luis I, refira-se que toda a marginal do Douro foi requalificada, desde o antigo farol, na foz do rio, até ao pontão de Massarelos, que inclui para além da ciclovia, percursos pedonais, jardins, esculturas, mobiliário de apoio, áreas de restauração e um heliporto. A ciclovia da Granja, que tem início no Parque da Cidade e termina na foz da ribeira da Granja e a ciclovia do Parque da Cidade (fig.6).

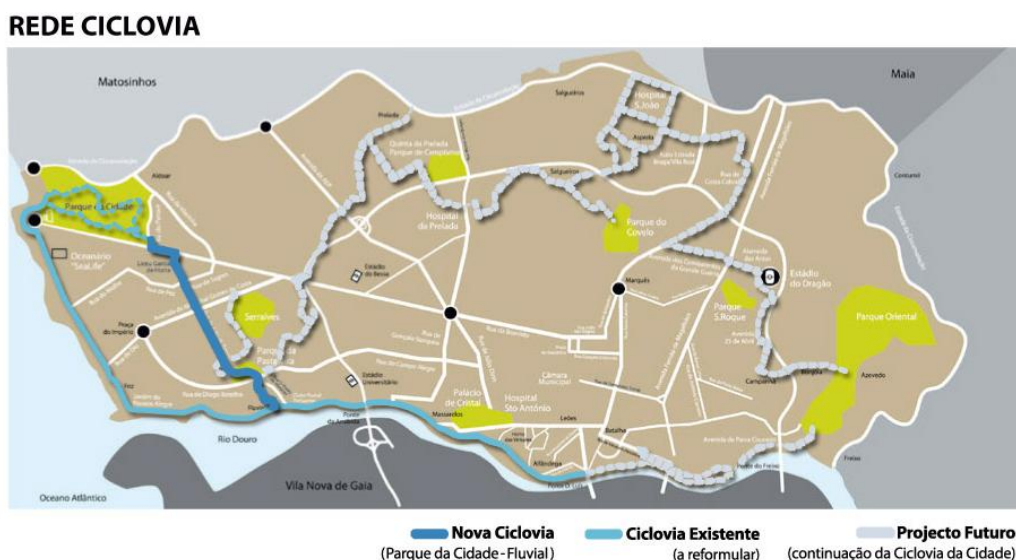


Fig.6 - Rede de ciclovias da cidade do Porto
Fonte: <http://www.ciclovias.com.pt/downloads.html>

Não podemos ainda deixar de referir um conjunto de equipamentos públicos, ainda que o seu acesso seja condicionado pelo pagamento de entradas, como é o caso dos espaços culturais e desportivos, fundamentais para o lazer e qualidade de vida das populações, desempenhando, também, uma função importante ao nível do turismo (sobretudo os culturais).

A cidade do Porto possui, actualmente, 33 museus ou núcleos museológicos, concentrando-se, a grande maioria, na zona histórica, quanto a teatros e outras salas para espectáculos ou outras actividades de âmbito cultural, não incluindo salas de cinema, existem 19, possuindo, ainda, 112 bibliotecas de acesso ao público, sendo 2 bibliotecas municipais (Câmara Municipal do Porto, 2004).

As galerias de arte constituem outro vector importante na projecção da cidade, na medida em que reflectem o dinamismo e a actividade artística local. Para os cidadãos residentes ou que visitam a cidade trata-se de mais um equipamento de contacto com a produção cultural. Na cidade do Porto, a tendência recente revela um reforço deste tipo de

equipamentos, existindo actualmente 68 (Câmara Municipal do Porto 2009, <http://www.cm-porto.pt/gen.pl?sid=cmp.sections/225>).

A maior concentração de galerias situa-se hoje no centro histórico e tradicional (refira-se, por exemplo, a Rua Miguel Bombarda e suas proximidades) como locais da cidade que têm contribuído para assegurar uma dinâmica cultural local associada à actividade das galerias.

Relativamente às infra-estruturas desportivas¹¹ a cidade dispõe actualmente de 49 piscinas, 34 pavilhões e 469 instalações desportivas¹² (Câmara Municipal do Porto, 2004), sendo de salientar que destas, apenas 4 piscinas municipais, 5 pavilhões desportivos, 1 complexo desportivo, 1 campo sintético e 1 espaço para diversas actividades o “Queimódromo” (onde se realiza, por exemplo, todos os anos a Queima das Fitas da Universidade do Porto), são geridos pela Porto Lazer Empresa Municipal.

Quanto à repartição espacial destes equipamentos desportivos na cidade, refira-se o facto de o centro histórico não dispor nem de piscinas nem de pavilhões, situação explicável em função das características urbanísticas daquela área e da sua própria dimensão.

Saliente-se, ainda que, para todas as áreas da cidade, as “outras instalações desportivas” constituírem a oferta predominante à população, o que se explica pelo facto de muitas dessas instalações não exigirem áreas de grandes dimensões, como é o caso dos pequenos campos e das salas de desporto, que são as que existem maioritariamente. Várias destas instalações pertencem a associações desportivas.

Considerações Finais

Concluindo, parece claro que vivemos hoje numa sociedade em profunda transformação. A distinção entre público e privado complexifica-se, o espaço público adquire outras dimensões e valorizações, sendo apropriado de forma diversificada, pois as práticas sociais também se diversificam, multiplicam-se as escolhas, os papéis e identidades, em que ganham força outras dimensões mais subjectivas. Os espaços públicos de vizinhança perdem força a favor de outros espaços em que a imagem e o simbolismo é mais valorizado.

O aumento da oferta de espaços e equipamentos públicos na cidade do Porto contribui para diversificar as oportunidades de ocupação do tempo livre e de lazer da população, assim como são fundamentais para a saúde e bem-estar social.

Muitos destes espaços cuja qualidade tem vindo a ser melhorada, contribuem, não só, para melhorar a imagem e qualidade de vida da cidade, como propiciam espaços de difusão do conhecimento, de animação, de encontro com a natureza, de expressão artística e promoção de eventos, para usufruto quer da população residente, quer da que utiliza a cidade, nomeadamente os turistas.

Notas

¹ Ver, a este propósito, ASCHER, François, 1998, p. 171 a 178.

² Ver, por exemplo, BLAKELY, J.E. e SNYDER, M. G, 1999 e GLASZE, G. et al. (ed.), 2006.

³ O programa Polis foi criado em Portugal, especificamente para integrar a requalificação urbana e melhorar o ambiente urbano das cidades (criado pela Resolução do Conselho de Ministros, nº 26/2000, de 15 de Maio).

⁴ O palácio de Cristal foi construído para albergar as exposições agrícolas então em voga, a sua inauguração coincidiu com a Exposição Internacional Portuguesa. Em 1951, a Câmara Municipal decide demolir o palácio, dado que este se tornou exíguo para a realização de futuras exposições, sendo substituído pelo pavilhão dos Desportos (actualmente após remodelações ocorridas em 1991, passou a denominar-se Pavilhão Rosa Mota, estando neste momento a decorrer obras de remodelação cujo término está previsto para 2011). Refira-se, que na sequência das obras de remodelação ocorridas, foi construída nos jardins do Palácio de Cristal a Biblioteca Municipal Almeida Garrett, inaugurada em 2001.

⁵ Que ocupa parte dos terrenos da antiga Quinta Grande que data de finais do século XVIII, estes terrenos foram durante o século XIX, passando de proprietário para proprietário, em 1875, João da Silva Monteiro adquire a propriedade e aí edifica um palacete. Em 1949, o Estado adquire esta quinta e em 1951 passa a designar-se por Jardim Botânico, sendo integrado na Universidade do Porto. Actualmente o palacete é ocupado pelo Instituto Botânico Dr. Gonçalo Sampaio, sendo constituído pelo jardim histórico, áreas de lagos, com plantas aquáticas; área de parque, com uma importante colecção de gimnospérmicas e exemplares de faias, carvalhos, tulipeiros, magnólias, etc.; um jardim de suculentas e uma zona de estufas com plantas tropicais, subtropicais, orquídeas e suculentas.

⁶ Plano Regulador da Cidade de 1952, Plano Director de 1962 e Plano Geral de Urbanização de 1989 (transformado em Plano Director Municipal, aprovado em 1993).

⁷ Aliás a nomenclatura que é referida no Plano Director Municipal de 1993.

⁸ Segundo o *1º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana - Porto*, publicado pela Câmara Municipal do Porto - Gabinete de Estudos e Planeamento, Dezembro de 2003, em que se considerou não só os espaços verdes, como também, as ruas arborizadas.

⁹ Segundo os dados do Urban Audit de 1996, referido no *1º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana - Porto*, a média Europeia é de 42,1.

¹⁰ Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2006, Diário da República, Iª série –B, nº 26 de 3 de Fevereiro de 2006.

¹¹ Pertencentes ao sistema escolar público, à administração local e central, às associações, às entidades privadas e instituições militares (Câmara Municipal do Porto, 2004).

¹² No que diz respeito às instalações desportivas, estas incluem: grandes campos, campos de ténis, pistas de atletismo, salas de desporto e instalações especiais (ex: picadeiros, campos de mini-golfe) (Câmara Municipal do Porto, 2004).

Referências

ASCHER, François. **Metapolis acerca do futuro das cidades**. Oeiras: Celta Editora, 1998.

BLAKELY, Edward J.; SNYDER, Mary Gail. **Fortress America Gated Communities in United States**. Washington: Brooking Institution Press, 1999.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO. **Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana Relatório de Actualização do Painel de Indicadores Estatísticos**, Gabinete de Estudos e Planeamento, 2004

_____. *1º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana -Porto*. Gabinete de Estudos e Planeamento, 2003.

_____. **A Avenida de novo com vida - requalificação da Avenida dos Aliados**, s/d.

_____. **Galerias de Arte**, <http://www.cm-porto.pt/gen.pl?sid=cmp.sections/225>, acedido em 10 de Fevereiro 2009.

_____. Parque Oriental – um pedaço de paraíso está a nascer em Campanhã, **Porto Sempre**, Abril 2009, p.13-15.

COELHO, António Baptista; CABRITA, António Reis. **Espaços exteriores em Novas Áreas Residenciais**. Lisboa: LNEC, ITA, 3, 1999.

GLASZE, George et al (ed.). **Private Cities Global and local perspectives**. Routledge, 2006.

MADUREIRA, Helena. Processos de transformação da estrutura verde do Porto. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, Porto, I série, vol. XVII-XVIII, 2001-2002, p.137- 218.

MELA, Alfredo. **A sociologia das cidades**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade Pósmoderna. Espaço Fragmentado. **Inforgeo**, Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos, nº 12/13, Dezembro, 1998, p.225-236.